

Entre prestígio e solidariedade: Norte e Sul Global nos documentos institucionais de internacionalização da educação superior

Yasmin Grigoli Zoccante
pg406693@uem.br
Universidade Estadual de Maringá - UEM
Mário Luiz Neves de Azevedo
mlnazevedo@uem.br
Universidade Estadual de Maringá - UEM

1. Introdução

A internacionalização da educação superior consolidou-se como um dos principais eixos das políticas universitárias no Brasil e no mundo nas últimas décadas. Difundida amplamente pela literatura como a integração da dimensão internacional, intercultural e global aos objetivos e funções da educação superior (Knight, 2020), é frequentemente apresentada como indicador de qualidade acadêmica, de abertura ao diálogo intercultural e de inserção das instituições no campo acadêmico global.

Para este trabalho, é importante ressaltar que, como observa de Wit (2024), a ampliação do uso do termo, especialmente após a definição proposta por Knight em 2004 resultou em uma proliferação de sentidos que frequentemente confundem fundamentos, meios e resultados. Nesse sentido, observa-se pelo menos duas compreensões em disputa: de um lado, a internacionalização como processo de cooperação solidária, integração intercultural e compartilhamento do conhecimento entre instituições; de outro, a internacionalização como indicador de qualidade acadêmica inserido em rankings internacionais, orientado por uma lógica competitiva e mercadológica (Azevedo, 2025). Essa dualidade apresentada passa a produzir influência nas relações de força que estruturam o campo acadêmico, determinando, de forma desigual, quais instituições definem os critérios de excelência e quais precisam se esforçar para atendê-los.

É nesse contexto que se situa esta pesquisa, os discursos institucionais de internacionalização das universidades brasileiras, expressos em planos institucionais, relatórios e editais de fomento, tendem a reproduzir essa assimetria de forma naturalizada. Para analisar essa questão, esse trabalho mobiliza a teoria dos campos de Pierre Bourdieu. O campo acadêmico global é, nos termos de Bourdieu (2004), um campo de forças estruturado por relações de dominação, no qual as posições que as instituições ocupam determinam quais critérios de excelência são reconhecidos como legítimos e quais permanecem subordinados. A hipótese desse trabalho é que essa lógica se expressa nos discursos institucionais de internacionalização das universidades brasileiras, as parcerias

com instituições do Norte Global se enquadram sob a concepção de excelência, da pesquisa e do prestígio, enquanto as relações com países do Sul Global aparecem sob a perspectiva de solidariedade e acolhimento.

O argumento será sustentado pela análise do Edital nº 41/2017 do Programa Institucional de Internacionalização (PrInt/CAPES), com especial atenção ao Anexo I, que define os países prioritários para alocação de recursos, e dos planos e registros institucionais de internacionalização da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e da Universidade Federal do Paraná (UFPR), nos quais se examina como o Programa de Estudantes-Convênio (PEC-G e PEC-PG), o PrInt/CAPES e as parcerias com o Norte e Sul Global são representados e enquadrados de forma estruturalmente distinta.

2. Metodologia

Este trabalho adota uma abordagem teórico-analítica, fundamentada na análise de documentos institucionais de internacionalização. As fontes primárias compreendem o Edital nº 41/2017 do PrInt/CAPES em sua versão alterada, com especial atenção ao Anexo I, o Decreto nº 11.923/2024 que regulamenta o PEC, o Plano Institucional de Internacionalização da UFPR e o livro “Internacionalização na UEM: o Escritório de Cooperação Internacional em ação” (2026). A análise é orientada pelo referencial bourdieusiano (2004), especialmente os conceitos de campo e *habitus*, e articula evidências documentais à literatura crítica sobre internacionalização da educação superior para examinar os enquadramentos que organizam as relações institucionais com o Norte e o Sul Global.

3. Discussão

O PrInt, lançado pela CAPES por meio do Edital nº 41/2017, constituiu o principal instrumento de fomento à internacionalização da pós-graduação brasileira na última década. O programa selecionou, após avaliação de mérito acadêmico e científico, 36 das 109 instituições que submeteram propostas, representando uma fração mínima das mais de 2.400 IES brasileiras (Azevedo e Oliveira, 2019). O resultado do PrInt, antes de ampliar a internacionalização do sistema, tende a bonificar quem já ocupa posições de prestígio, visto que, um dos principais requisitos de elegibilidade das IES disposto no Edital foi de possuir ao menos quatro programas de pós-graduação *stricto sensu* e, ter obtido, no mínimo, nota 4 na Avaliação Quadrienal de 2017.

Para este trabalho, pretendemos investigar a orientação geopolítica inscrita no próprio edital. O Anexo I do Edital nº 41/2017, em sua versão alterada de abril de 2018, lista 26 países com os quais a CAPES "mantém cooperação efetiva" e para os quais as instituições devem destinar ao menos 70% dos recursos do programa. É a partir deste ponto que gostaríamos de dedicar maior atenção. Dos 26 países, 22 pertencem ao Norte Global. Do Sul Global, figuram apenas África do Sul, Argentina, China, Índia e México, todos países com sistemas de pós-graduação e presença significativa nos rankings internacionais. Países africanos de língua portuguesa como Angola, Moçambique, Cabo Verde e Guiné-Bissau, com os quais o Brasil mantém laços de cooperação, estão ausentes da lista. Essa ausência também tem reflexo nas escolhas das próprias instituições contempladas. A análise do Relatório Parcial do PrInt de 2020 revela que os países da América Latina não foram sequer considerados estratégicos em três das 36 universidades participantes do programa (Carrielo *et al.*, 2026). Nas demais, a presença latino-americana é modesta: apenas seis instituições destinaram a países da região um percentual igual ou superior a 20% de suas parcerias estratégicas, sendo o INPE o caso mais expressivo, com 25%, seguido por UNESP, UFBA e UFPB, com 21% cada, e UFRJ e UNICAMP, com 20% (Carrielo *et al.*, 2026).

O edital afirma que devem ser priorizados os países "cujas colaborações tenham mostrado resultados mais relevantes em termos quantitativos e qualitativos" (CAPES, 2018). Os critérios de seleção compilados pelo *British Council* com base no edital, entre eles "programas de pós-graduação com notas 5, 6 e 7" e "parcerias internacionais", confirmam que o prestígio acumulado no campo é convertido diretamente em critério de acesso ao financiamento (Azevedo e Oliveira, 2019). Não por acaso, a valorização, por parte das equipes institucionais de internacionalização, de parcerias com países de alto impacto científico operam a partir de um *habitus* - disposições incorporadas ao longo de trajetórias no campo que orientam suas práticas sem que precisem reconhecê-las como produto de uma posição subordinada (Bourdieu, 2004).

Essa lógica se confirma nos resultados do programa. Segundo Azevedo (2025), as 36 IES contempladas concentram-se nas regiões Sul e Sudeste do país, e suas ações foram desenvolvidas sobretudo com instituições de Estados Unidos, França, Reino Unido, Alemanha, Portugal, Canadá, Espanha, Itália e Países Baixos. O Sul Global permanece, nos dados de execução do programa, como destino residual, alocado no percentual de 30% não comprometido com os países do Anexo I.

Se o PrInt organiza as relações com o Norte sob o signo da excelência e do prestígio acadêmico, o PEC-G e o PEC-PG organizam as relações com o Sul Global sob um enquadramento radicalmente distinto. Regulamentado atualmente pelo Decreto nº 11.923/2024, o PEC é apresentado institucionalmente como "ferramenta de política externa" e instrumento de "cooperação educacional internacional" voltado a estudantes de países com os quais o Brasil mantém acordos bilaterais, os quais, majoritariamente, são países em desenvolvimento da África, América Latina, Caribe e Ásia. O programa prevê o retorno dos estudantes ao país de origem ao término do curso, com o propósito declarado de que os conhecimentos adquiridos sejam aplicados em benefício do desenvolvimento de suas nações (Brasil, 2024).

O PrInt é coordenado pela CAPES, agência de fomento à pesquisa e avaliação da pós-graduação, seu vocabulário expresso é o da excelência científica, do impacto acadêmico e da visibilidade internacional. O PEC é coordenado pelo Ministério das Relações Exteriores e o vocabulário utilizado é o da diplomacia, da solidariedade e do desenvolvimento dos países parceiros. Essa diferença identificada nos documentos possibilita a compreensão, no próprio arranjo burocrático do estado, a assimetria entre as parcerias. Parcerias com o Norte são de política científica; parcerias com o Sul são política externa e solidariedade.

A partir disso, analisamos materiais de registro das atividades de internacionalização de duas universidades paranaenses, o que possibilitou perceber como a assimetria apontada se materializa nas próprias práticas das instituições de ensino. No Plano Institucional de Internacionalização da UFPR, o PrInt ocupa posição de destaque, é o primeiro e mais extenso programa descrito, com detalhamento de valores investidos, áreas temáticas prioritárias e lista explícita de países parceiros, encabeçada por "Estados Unidos, França, Reino Unido, Alemanha, Portugal, Canadá, Espanha, Itália e Países Baixos" (UFPR, 2023). O PEC-G e o PEC-PG, por sua vez, aparecem três vezes no documento, sempre brevemente, sempre inseridos em listas que os equiparam a programas de acolhimento de refugiados e migrantes. A linguagem que organiza o PrInt é de projeção internacional e excelência; a linguagem que organiza o PEC é de acolhimento e diversidade cultural.

O documento da UEM (2025) apresenta dinâmica semelhante, porém, a instituição fez um esforço declarado de reorientação para a América Latina entre 2022 e 2024, obtendo um crescimento de aproximadamente 9,5% na distribuição dos acordos internacionais (Burgo, 2026). Ainda que a iniciativa seja admirável, percebe-se no mesmo

documento uma contradição com o número de acordos ativos com instituições da América Latina e o foco de destino de estudantes em mobilidade acadêmica entre 2024 e 2025. Dos 98 estudantes de graduação em mobilidade presencial no período, os principais destinos foram Portugal (16), Canadá (25), Alemanha (15), Itália (16) e Espanha (9), enquanto países da América Latina como Colômbia (3), Argentina (2) e México (1) aparecem em menor número (Barreto e Berdu, 2026).

Ainda nesse sentido, o próprio documento da UEM evidencia que as parcerias latino-americanas são enquadradas sob a lógica da mobilidade de curta duração e da inclusão regional, rara as vezes apresentada sob a lógica do impacto científico ou do prestígio acadêmico, estes sendo reservados às parcerias europeias e norte-americanas. Os dados sobre os estudantes recebidos pelo PEC na UEM confirmam esse padrão, uma vez que entre 2024 e 2025, os 14 estudantes admitidos pelo PEC-G eram provenientes de “Angola (3), Cabo Verde (2), Gana (2), Cuba (1), Gabão (1), Guiné-Bissau (1), Moçambique (1), Paraguai (1), República do Congo (1) e Senegal (1)” (Barreto e Berdu, p. 140, 2026).

A assimetria apresentada entre os dois enquadramentos é compreendida, a partir dos termos de Bourdieu (2004), efeito da própria estrutura do campo, em que os agentes produzem os planos e documentos de internacionalização que operam a partir de um *habitus* socialmente incorporado a partir dos critérios de excelência do Norte Global.

4. Conclusões

A análise desenvolvida permite afirmar que a assimetria entre Norte e Sul Global nos discursos de internacionalização da educação superior é resultado de um campo acadêmico global organizado em torno de critérios de excelência difundidos pelo Norte e incorporados como naturais pelos agentes dos campos periféricos.

Reconhecer essa assimetria tem implicações diretas para o trabalho nas instituições de educação superior brasileiras. Ela convoca as equipes de gestão da internacionalização e os pesquisadores que orientam as políticas institucionais a uma postura reflexiva diante das escolhas que fazem cotidianamente. Quais parcerias internacionais são destacadas? Em que eixo são enquadradas as cooperações com o Sul Global? Por fim, o argumento aponta para a necessidade de uma internacionalização que seja, nos termos de Azevedo (2025), genuinamente solidária, intercultural e comprometida com a justiça cognitiva. Isso exige, antes de qualquer política institucional,

uma transformação no *habitus* do campo, a disposição de reconhecer como particularismo o que se apresenta como universal.

Referências

AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. **Internacionalização da educação superior e geopolítica do conhecimento: perspectivas do Sul Global**. Maringá: Eduem, 2025.

AZEVEDO, Mário Luiz Neves de; OLIVEIRA, João Ferreira de. Internacionalização da educação superior e avaliação da qualidade da pós-graduação: riscos e perspectivas no Brasil e no Reino Unido. **EccoS – Revista Científica**, São Paulo, n. 51, e15166, out./dez. 2019. DOI: 10.5585/eccos.n51.15166.

BARRETO, Mayckel da Silva (org.). **Internacionalização na UEM: o Escritório de Cooperação Internacional em ação**. Maringá: Eduem, 2026.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. Tradução de Denice Barbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BRASIL. **Decreto nº 11.923, de 15 de fevereiro de 2024**. Dispõe sobre o Programa de Estudantes-Convênio. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/D11923.htm. Acesso em: 14 abr. 2026.

CARRIELLO, Giovanni Miraveti et al. Parcerias estratégicas na educação superior: o programa Capes-PrInt e a América Latina. **Infinitum Revista Multidisciplinar**, v. 9, n. 19, p. 1-23, 2026. DOI: <https://doi.org/10.18764/2595-9549v9n19e25593>.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Edital nº 41, de 7 de novembro de 2017**. Programa Institucional de Internacionalização – Capes-PrInt. Alterado conforme publicação no D.O.U de 05/04/2018, Seção 3, Página 42. Brasília, DF: CAPES, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10112017Edital412017InternacionalizacaoPrInt2.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2026.

KNIGHT, J. Internacionalização da educação superior: conceitos, tendências e desafios. 2 ed. E-book. São Leopoldo: Oikos Editora, 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Plano Institucional de Internacionalização da UFPR**. Curitiba: UFPR, 2023. Disponível em: <https://internacional.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2024/08/Plano-de-Internacionalizacao-POR.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2026.

WIT, Hans de. 'Everything That Quacks is Internationalization': critical reflections on the evolution of higher education internationalization. **Journal of Studies in International Education**, v. 28, n. 1, p. 3-14, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1177/10283153231221655>.